

**HABEAS CORPUS Nº 548.058 - DF (2019/0354083-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : WILSOMAR SOUSA SILVA  
**ADVOGADO** : WILSOMAR SOUSA SILVA - DF0045687  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS  
**PACIENTE** : ANTONIO RENATO CARLOS ROMÃO (PRESO)  
**PACIENTE** : PATRICK FIDELI SENA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANTONIO RENATO CARLOS ROMÃO e PATRICK FIDELI SENA, apontando-se como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

Consta dos autos que os pacientes foram condenados pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 ambos à pena de 5 anos de reclusão, mais 500 dias-multa, em regime semiaberto. Mantida a segregação preventiva dos pacientes, foi determinada a recomendação de prisão.

Impetrado *mandamus* perante o Tribunal local, a liminar foi indeferida.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, que em razão da existência de flagrante ilegalidade, na espécie, deve ser superado o óbice da Súmula 691/STF.

Aduz que inexistente fundamentação idônea para negar-se ao paciente o direito de recorrer da condenação em liberdade.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para revogar as prisões cautelares dos pacientes, de modo que possam recorrer em liberdade.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

No procedimento do *writ* a prova deve ser pré-constituída e incontroversa. A peça inicial veio desacompanhada da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, documento indispensável para o deslinde da controvérsia.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o *habeas corpus*, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de

# *Superior Tribunal de Justiça*

advogado constituído. A esse respeito: AgRg no HC n. 289076/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 19/5/2014; AgRg no HC n. 291366/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 29/5/2014; HC n. 269077/PE – 6ª T. – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 2/6/2014.

Resta, portanto, impossibilitada a análise da alegação de ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, e falta de fundamentação concreta do decreto prisional.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator